

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Prestação de contas do Governo ano 2025 – 1º Ciclo

— 5/6/2025 — 9 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, entre 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do Governo de 2025

Reunião Conjunta da Comissão de Cultura e da Comissão de Desenvolvimento Econômico
Comissão convidada:

- Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia

Presidente da reunião: Deputado Professor Cleiton

Data: 5/6/2025

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

I – Apresentação

A Comissão de Cultura e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, tendo como convidada a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, receberam, em 5/6/2025, Leônidas José de Oliveira, Secretário de Estado de Cultura e Turismo, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique aqui https://youtu.be/BNKJKc_L18 para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Cultura: Deputado Professor Cleiton, deputada Lohanna, deputado Mauro Tramonte e deputada Ione Pinheiro

Comissão de Desenvolvimento Econômico: Deputado Antonio Carlos Arantes e deputada Ione Pinheiro

Comissão de Turismo e Gastronomia: Deputado Mauro Tramonte e deputado Dr. Maurício

Poder Executivo: Leônidas José de Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo

Demais presenças: deputado Leleco Pimentel, deputada Beatriz Cerqueira e deputada Bella Gonçalves

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

1) Cultura em Minas Gerais

- Necessidade de divulgação do Descentra Cultura no interior do Estado;
- Situação dos servidores da Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop – que recebem menos de um salário-mínimo;
- Viabilidade de instituição da Medalha Nelson Freire e do Selo Terence Silva Aguiar, criados por lei;
- Solicitação de apoio para a criação da Semana Estadual do Audiovisual Guilherme Fiúza;
- Viabilidade de realização de evento comemorativo dos 90 anos da escritora mineira Adélia Prado;
- Viabilidade da celebração de convênios para levar ações culturais aos quatro teatros localizados no Município de Ibirité, que estão subutilizados;
- Existência de imóveis tombados ou utilizados em serviços públicos culturais na lista de bens estaduais a serem federalizados ou vendidos no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

- Tramitação do Projeto de Lei no âmbito do Propag que permite a securitização dos créditos do Estado, o que pode transformar fundos como o Fundo Estadual de Cultura – FEC – em ativos para pagamento da dívida pública;
- Falta de recursos para a manutenção do patrimônio cultural, extinção do Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico – Funpat – e necessidade de liberação de parte do saldo acumulado do FEC para custear as despesas com o patrimônio;
- Intervenções no prédio tombado que abriga o Memorial dos Direitos Humanos Casa da Liberdade e papel da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – na preservação da memória e na defesa da democracia;
- Andamento do processo de tombamento da Serra do Curral e situação do muro de pedra ali localizado, construído por escravizados e que pode já ter sido destruído por mineradoras;
- Discrepâncias nos dados sobre a execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab – apresentados pelo secretário durante a reunião; necessidade de cumprimento da meta de pagamento de 60% da verba relativa à política até 30 de junho para não ser penalizado pelo Ministério da Cultura; questionamentos sobre a distribuição da parcela dos recursos da Pnab destinada às despesas de administração, como contratação de pessoal, pareceristas e busca ativa; dúvidas sobre a destinação do saldo de rendimento da Pnab;
- Atraso nos editais da Política Cultura Viva;
- Obrigação de disponibilização, pela Secult, de demonstrativo contendo a execução orçamentária e financeira da receita e da despesa do FEC, com discriminação das receitas, conforme art. 65 da Lei nº 24.462, de 2023;
- Viabilidade da elevação do teto de renúncia fiscal do Incentivo Fiscal à Cultura – IFC –, considerado insuficiente;
- Atrasos na tramitação dos pedidos de incentivo, considerando os prazos previstos na Resolução Secult nº 38, de 2024;
- Viabilidade de unificação das plataformas de inscrição e acompanhamento dos processos do FEC e do IFC;
- Necessidade de alteração na Lei nº 24.462, de 2023, para descentralizar o trabalho de análise dos projetos do Descentra Cultura para as vinculadas da Secult;
- Realização de poucas ações de capacitação para os trabalhadores da cultura, se comparadas às realizadas pela Secult na área do turismo;
- Problemas no modelo de distribuição dos recursos destinados ao carnaval, que não chegam aos blocos e fazedores de cultura;
- Contratação sem licitação da APPA – Cultura e Patrimônio e do Instituto Cultural Aurum para a realização dos projetos relacionados ao Carnaval Via das Artes e Trilhas do Carnaval.

2) Turismo em Minas Gerais

- Exaustão da infraestrutura de eletricidade na região do Lago de Furnas, com risco de colapso; necessidade de antecipação do cronograma de construção das subestações de energia já previstas;
- Necessidade de pavimentação, com bloquetes, do acesso até a Cachoeira de Casca Danta, em São Roque de Minas;
- Solicitação de apoio para que o paisagismo nas regiões de rápido crescimento turístico respeite as estéticas mineiras tradicionais;
- Suposta precarização da atividade hoteleira por meio de aplicativos como o AirBNB, modelo que não geraria arrecadação para os municípios;
- Necessidade de melhorias no acesso às vinícolas;
- Necessidade de apoio ao turismo rural;
- Potencialidade do turismo religioso e importância da valorização de Nhá Chica e Baependi, entre outros destinos de peregrinação.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Realização de reuniões no interior e promoção de uma campanha multiplataformas para divulgar o Descentra Cultura, que pode ter a participação da Comissão de Cultura e da TV Assembleia;
- Encaminhamento de propostas de aprimoramentos para o Descentra Cultura no próximo semestre, incluindo a descentralização da análise de projetos para as vinculadas da Secult;
- Acompanhamento da solicitação já realizada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – para aumento da carga horária dos profissionais da Faop, de modo que façam jus a uma remuneração maior em função da nova jornada, e dessa forma passem a receber mais que o salário-mínimo;
- Análise da possibilidade de instituição da Medalha Nelson Freire;
- Sugestão ao Iepha para regulamentação do Selo Terence Silva Aguiar, de modo que os municípios que cumprirem os critérios de acessibilidade possam ser pontuados no ICMS Cultural;
- Apoio à criação da Semana Estadual do Audiovisual Guilherme Fiúza, após encaminhamento do projeto para avaliação;
- Realização de homenagem para celebrar os 90 anos de Adélia Prado, tendo o secretário sugerido o "Ano Adélia Prado" ou o "Agosto com Artes";
- Realização de projetos e busca de parcerias para ocupar os teatros localizados no Município de Ibirité;
- Encaminhamento à Comissão de Cultura de uma cópia do ofício de solicitação de suplementação do

FEC à Seplag (inicialmente de R\$ 15 milhões) destinada à preservação do patrimônio cultural;

- Discriminação das receitas que compõem o FEC, em cumprimento ao art. 65 da Lei nº 24.462, de 2023;
- Ampliação da meta diária de execução dos recursos da Pnab, a fim de se cumprir a determinação de pagamento de 60% dos valores até 30 de junho;
- Definição, pelo conselho, da destinação do saldo de rendimento da Pnab;
- Início das análises dos projetos dos editais da Política de Cultura Viva na semana seguinte à reunião, com a nova comissão já composta;
- Continuidade dos esforços para reduzir o prazo de análise das Declarações de Incentivo;
- Continuidade do trabalho de migração dos projetos do FEC e do IFC da plataforma atual (herdada do esporte) para a plataforma do Descentra, levando-se em conta que é um processo de TI demorado;
- Discussão e aprimoramento do modelo de distribuição de recursos e organização do Carnaval;
- Solicitação ao Iepha para que faça a vistoria do muro de pedra construído por escravizados e envie o relatório à Assembleia nos próximos 15 dias;
- Intenção de criar um projeto sobre os santos e veneráveis de Minas Gerais, contando com emendas e apoio dos parlamentares;
- Cobrança da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – para que antecipe o cronograma de instalação das subestações de energia de São Roque de Minas, Vargem Bonita e Capitólio;
- Pavimentação até a cachoeira de Casca Danta, em São Roque de Minas;
- Declaração da Serra da Canastra como paisagem natural;
- Pedido de apoio à Comissão de Cultura da ALMG, durante a reunião, para que imóveis tombados e equipamentos culturais do Estado não sejam incluídos no Propag, considerando inclusive a afirmação do secretário de que não havia sido consultado previamente sobre a indicação desses bens;
- Informação prestada à comissão sobre envio de mensagem ao vice-governador, Matheus Simões, sugerindo a elevação para 0,4% do teto de renúncia fiscal relativo ao IFC, o que representa R\$ 60 milhões a mais de incentivo.

IV – Encaminhamentos parlamentares

• Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

- **RQN 12.110/2025:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult - pedido de providências para a realização de parcerias com a Prefeitura Municipal de Ibitaré a fim de levar ações e eventos culturais aos equipamentos culturais localizados nesse município, especialmente o Teatro Municipal de Ibitaré. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12110/2025>);
- **RQN 12.111/2025:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult - pedido de providências para que realize mais ações de capacitação para tornar os trabalhadores de

cultura aptos a acessar os mecanismos de financiamento disponíveis, usando recursos humanos e tecnológicos equivalentes aos que disponibiliza nas capacitações ofertadas aos trabalhadores da área do turismo. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12111/2025>);

- **RQN 12.112/2025:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult - pedido de providências para que realize, em conjunto com esta Casa, uma ação em homenagem à poetisa mineira Adélia Prado, por ocasião de seus 90 anos de idade. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12112/2025>);
- **RQN 12.113/2025:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult - pedido de informações consubstanciadas em cópia do ofício enviado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - ou à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF-MG -, por meio do qual foi solicitada a ampliação dos recursos do Fundo Estadual de Cultura - FEC - no montante de R\$15.000.000,00, a serem destinados à restauração do patrimônio cultural do Estado. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12113/2025>);
- **RQN 12.114/2025:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult - e à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF-MG - pedido de providências para que analisem a viabilidade de ampliação do teto de renúncia fiscal na forma prevista nos §§ 1º e 2º do art 35 da Lei 24462, de 2023, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura - Descentra Cultura Minas Gerais e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12114/2025>);
- **RQN 12.115/2025:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult - pedido de providências para analisar a viabilidade de unificação das plataformas de inscrições e acompanhamento dos processos do Fundo Estadual de Cultura - FEC - e do Incentivo Fiscal à Cultura - IFC. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12115/2025>);
- **RQN 12.116/2025:** Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a Lei Aldir Blanc, a Lei Paulo Gustavo – LPG –, o Fundo Estadual de Cultura – FEC –, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Pnab – em 2026, na forma que especifica; sobre o planejamento da Secretaria de Estado da Cultura – Secult – para salvaguardar os bens que receberiam os recursos provenientes do Restaura Minas 2, após o cancelamento desse programa e se existe a intenção de recriar o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico – Funpat –, criado pela Lei nº 13.464, de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 42.281, de 2002, e posteriormente desativado. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12116/2025>);
- **RQN 12.117/2025:** Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o motivo para a adoção de tratamento não isonômico das declarações de incentivo peticionadas, que deveriam ser analisadas por ordem de protocolo, tendo em vista relatos de diversos proponentes, apoiados em “logs” de seus processos no SEI, de que a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – vem demorando de 10 a 60 dias para realizar a conferência da documentação por eles peticionada, bem como relatos e “logs” de sistema que atestam que outros projetos, peticionados no mesmo período, vêm obtendo análise célere, dentro do prazo de três dias úteis contados da data do recibo eletrônico de protocolo, previsto no § 5º do art. 117 da Resolução nº 38, de 2024, da Secult, para conferência da documentação inserida em cada peticionamento. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12117/2025>);
- **RQN 12.118/2025:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult - e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - pedido de providências para garantir

remuneração e carreira dignas aos servidores da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop -, inclusive com garantia de remuneração não inferior ao salário mínimo nacional, a exemplo do que foi determinado no art 2º da Lei 25245, de 16/5/2025, em relação aos servidores da carreira de auxiliar de serviços da educação básica. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12118/2025>);

- **RQN 12.119/2025:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult - pedido de providências para a implementação da Medalha Nelson Freire, instituída pela Lei 24344, de 30 de maio de 2023, a ser concedida a pessoas que se destaquem na área da música, e do Selo Terence Silva Aguiar de Cultura Inclusiva, criado pela Lei 25179, de 19 de março de 2025, a ser concedido a entidades de terceiro setor e a instituições do setor público ou do setor privado que promovam e atuem na inclusão da pessoa com deficiência nas artes, na cultura, no turismo e na gastronomia no Estado. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12119/2025>);
- **RQN 12.120/2025:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult - pedido de providências para que realize ações de divulgação do Sistema de Financiamento à Cultura - Descentra Cultura Minas Gerais, instituído pela Lei 24462, de 26/9/2023, especialmente no interior do Estado. (<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12120/2025>).

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2025.

Deputado Professor Cleiton

Presidente da Comissão de Cultura